SOBRE O ESCLARECIMENTO EM KANT

Daniel Stein Ono (PIC/UEM), Marcio Pires. E-mail: mpires@uem.br.

Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Maringá, PR.

Filosofia/ História da filosofia.

Palavras-chave: Esclarecimento; entendimento, originalidade.

RESUMO

O presente trabalho ocupou-se de tratar do conceito de esclarecimento em Kant tal como exposto pelo filósofo. A filosofia de Kant pode ser dividida em duas, a filosofia teórica e prática. A primeira, atribui-se questões relevantes ao conhecimento, seus limites e a possibilidade da metafísica, enquanto que a segunda foca sua reflexão para assuntos como a liberdade e a efetivação das ações morais. Em ambos os casos, o pensamento kantiano é tributário de um grande compromisso com as formas da autonomia da razão, seja em terreno teórico ou prático. Percebe-se assim, uma preocupação que perpassa vários outros autores do Iluminismo além do próprio Kant, a dizer, a liberdade do pensamento. Dentro do corpus kantiano, o texto *Resposta à questão: o que é esclarecimento* (1784) é responsável por abordar este tema. Neste trabalho, por meio da investigação de alguns de seus textos, busca-se investigar a maneira como o pensamento kantiano se desenha para sustentar uma noção de esclarecimento que se expressa e se vincula aos elementos mais básicos de sua filosofia.

INTRODUÇÃO

Immanuel Kant é sem dúvida um dos pensadores mais influentes da modernidade, escrevendo sobre diversos temas da reflexão filosófica durante a história. Em seu texto *Resposta à questão: O que é esclarecimento*, Kant elabora sua tese sobre o pensar autônomo, em seu primeiro parágrafo, o opúsculo já apresenta (de modo sucinto) seus principais temas de discussão, a dizer, esclarecimento, menoridade, e entendimento:

> *Esclarecimento é a saída do homem da menoridade pela qual é o próprio culpado*. *Menoridade* é a incapacidade de servir-se do próprio entendimento sem direção alheia. O homem é o próprio culpado por esta incapacidade, quando sua causa reside na falta, não de entendimento, mas de resolução e coragem de fazer uso dele sem a direção de outra pessoa. *Sapere Aude*! Ousa fazer uso de terpróprio entendimento! Eis o lema do Esclarecimento. (KANT, 2009, p.407).

Todo o restante busca explanar aquilo que decorre deste primeiro parágrafo, não obstante há elementos que merecem uma explicação maior. O conceito de entendimento aqui colocado é central pois, através do uso deste que o processo de esclarecimento se concretiza. Para aqueles próximos ao pensamento kantiano, o termo entendimento é familiar, sendo descrito na *Crítica da Razão Pura* (1781) como a faculdade cognitiva responsável pela organização dos fenômenos. Pode parecer que Kant na *Crítica da razão pura* trata de um entendimento distinto do citado na *Resposta à questão: O que é esclarecimento*, atribuindo ao segundo uma noção de entendimento similar a um bom senso, entretanto, não há diferença entre ambos os usos do entendimento. Portanto, busca-se discutir quais são os elementos colocados na *Crítica da razão pura* e na *Crítica da faculdade do juízo* (1790) que permitem compreender o que caracteriza um uso sadio do entendimento em vista do esclarecimento.

MATERIAIS E MÉTODOS

A investigação pautou-se pela análise e interpretação de textos de Kant, principalmente, da *Crítica da Razão Pura* e do texto *Resposta à pergunta: que é o esclarecimento*, além do recurso aos comentadores que constam na bibliografia, visando a identificação de elementos de complementaridade entre certos conceitos que orbitam a noção de esclarecimento no pensamento de Kant, em especial, a noção de entendimento e originalidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos textos de Kant evidenciou a importância do entendimento para o esclarecimento, ademais, através da leitura de textos complementares foi possível encontrar elementos que possibilitam uma compreensão mais total do conceito.
A *Crítica da Razão Pura* não trata nomeadamente de esclarecimento, não obstante, ela ressalta o elemento da originalidade em relação com o pensar autônomo. Na *Crítica da Razão Pura*, a “Doutrina do Método” ilustra o exemplo de um estudante wolffiano. Este possui todos os princípios, definições e demonstrações de sua filosofia, entretanto, não consegue mobilizar tais conhecimentos para a resolução de novos problemas:

> Por isso, aquele que aprendeu especialmente um sistema de filosofia, por exemplo o de Wolff, mesmo que tivesse na cabeça todos os princípios, explicações e demonstrações, assim como a divisão de toda a doutrina e pudesse, de certa maneira, contar todas as partes desse sistema pelos dedos, não tem senão um conhecimento histórico completo da filosofia wolffiana. (KANT, 2001, A836/B864).

A passagem expressa uma relação de cognição puramente imitativa, onde o raciocínio do estudante se limita a repetir problemas antes dados para ele. Não há tentativa de produção (originalidade) nesta postura, somente o fixo modo operante

do método. Por mais que haja apenas um apelo ortodoxo ao método, Kant não descarta a possibilidade do Wolffiano buscar a crítica de sua filosofia.

> mas a faculdade de imitar não é a faculdade de invenção, isto é, o conhecimento não resultou nele da razão e embora seja, sem dúvida, objetivamente, um conhecimento racional, é, contudo, subjetivamente, apenas histórico. Compreendeu bem e reteve bem, isto é, aprendeu bem e é assim a máscara de um homem vivo. Os conhecimentos da razão, que o são objetivamente (isto é, que originariamente podem apenas resultar da própria razão do homem), só podem também usar este nome, subjetivamente, quando forem hauridos nas fontes gerais da razão, donde pode também resultar a crítica e mesmo a rejeição do que se aprendeu, isto é, quando forem extraídos de princípios. (KANT, 2001, A836/B864).

Há possibilidade de julgar ainda que dentro de um parâmetro metodológico fixo, desde que tal juízo seja eventualmente colocado sob as fontes gerais da razão. Aqui a questão se torna, o que Kant está se referindo às fontes gerais da razão e como sob estas é possível a crítica? Na *Crítica da faculdade do juízo* Kant aborda a questão da imitação de um modo interessante para a discussão da originalidade. O filósofo afirma que todo o aprender começa a partir da imitação, o conhecimento científico chega ao ser humano primeiramente por este modo. Quando aprendemos reconhecemos os padrões e regras e as levamos enquanto princípios, proposições que levam a outras conclusões possíveis, como o próprio Kant escreve, “No âmbito científico, portanto, o maior descobridor só pode distinguir-se em grau do aprendiz e imitador esforçado” (Kant, 2012, p. 309). Neste espaço, adotar os princípios é apenas copiar o pensamento de outrem e deste modo funciona o aprendizado. Entretanto, isto por si não descarta a possibilidade de uma progressiva independência do pensamento anterior, a linha entre a originalidade e a imitação está na capacidade de distinguir a relevância de uma regra para determinadas situações:

> Se há uma linha a ser traçada entre originalidade e imitação, ela permanece vaga. Na "Critica da faculdade do juízo”, Kant afirma que há apenas uma diferença em grau, e não de tipo, entre o "o maior descobridor" nas ciências "do aprendiz e imitador esforçado," (§ 47, 197). O que marca a distinção é um certo tipo de independência, o qual certamente admite degraus da capacidade de alguém de reconhecer a relevância de uma regra para determinado contexto particular. (MERRIT, 2009, p. 987, tradução própria).

Veja, o wolffiano hipotético pode possuir todas as leis da teoria de seu mestre, agora tais conceitos devem ser aplicados a fenômenos, caso o estudante seja incapaz de enxergar a relevância de sua regra em situações distintas daquelas a ele dadas, seu conhecimento é puramente histórico (imitativo). A originalidade surgirá a partir do momento em que o wolffiano “imita” não os termos de um pensamento, mas a aplicação destes princípios e pode colocá-los em outras situações (criar). Para sustentar esta ideia, podemos utilizar o exemplo de três wolffianos distintos. O primeiro que assim como o descrito anteriormente, conhece todos os conceitos,

teorias e raciocínios de Wolff, mas, somente resolve os mesmos problemas colocados por seu mestre. O segundo consegue resolver problemas inéditos utilizando os princípios de wolff, porém, permanece incapaz de identificar os problemas sozinho. Por fim, o terceiro é capaz de enxergar novos problemas e resolvê-los utilizando os conceitos wollfianos, encontrar novos princípios ou abandonar os antigos.

CONCLUSÕES

O motivo de Kant utilizar o entendimento como conceito fundamental para alcançar o esclarecimento, está na possibilidade de compreender e discernir a aplicabilidade de uma regra a determinado assunto, em outros termos. Utilizando o exemplo dos wolffianos, percebe-se que a diferença entre cada um deles está na capacidade de distinção, ou compreensão da aplicabilidade das regras do entendimento. Portanto, até o raciocínio mais imitativo contém a possibilidade de autonomia de raciocínio, ou seja, a possibilidade de um uso próprio do entendimento.

REFERÊNCIAS

DELIGIORGI, K. **Kant and the culture of enlightenment**. Albany: State University of New York Press, 2005.

KANT, I. **Crítica da razão pura**. Tradução de Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2001.

_____**Crítica da faculdade do juízo**. Tradução de Valério Rohden e António Marques. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

_____ Resposta à pergunta: O que é esclarecimento?. Tradução de Vinicius Berlendis Figueiredo. In: MARÇAL, J. (Org.) **Antologia de textos filosóficos**. Curitiba: SEED, 2009.

KLEIN, J, T. **A resposta kantiana à pergunta: que é esclarecimento**. *Ethic@*, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 211-227, 2009. Disponível em: https://doi.org/10.5007/1677-2954.2009v8n2p211. Acesso em: 05 de set. 2026.

MERRIT, M, M. **Reflection, Enlightenment, and the Significance of Spontaneity in Kant.** *British Journal for the History of Philosophy*. V 17, p. 981–1010. 2009. Disponível em: https://philpapers.org/archive/MERREA. Acesso em: 05 de set. 2026.